

ANAIS ELETRÔNICOS DA I CIEGESI // I ENCONTRO CIENTÍFICO DO PNAP/UEG

22-23 de Junho de 2012 - Goiânia, Goiás.

O CENTRO DE CONTROLE DE ZONOSSES E SUA IMPORTÂNCIA PARA A SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CATALÃO, GO

BARROSO, José Eduardo Machado¹
LIMA, Elaine Euzébio de²

RESUMO

O controle da população de animais (domésticos, de estimação e sinantrópicos) é reconhecidamente necessário, seja por questões de Saúde Pública ou de bem-estar animal. Isto só é possível mediante políticas públicas de controle destes animais e das doenças por eles transmitidas. Além disso, existe uma carência de informações sobre a prevalência de determinadas doenças bem como sobre os agentes transmissores das mesmas. Daí a importância da instalação de um Centro de Controle de Zoonoses, responsável pelo desenvolvimento de programas de controle populacional e de doenças. Este artigo tem por finalidade ressaltar a importância da implantação do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) na Saúde Pública do município de Catalão, GO, orientando e esclarecendo os administradores públicos municipais e a população sobre o controle de animais, vetores e os transtornos envolvidos. Através da revisão sistemática da literatura médica veterinária e humana sobre o tema, e tendo como local de estudo o município de Catalão, GO, concluiu-se que o Centro de Controle de Zoonoses pode controlar de maneira eficaz e tecnicamente correta a população destes animais com conseqüente benefício para a saúde pública da população.

Palavras-Chave: Zoonoses. Controle. Animais. Catalão.

¹Graduado em Medicina Veterinária, Coordenador do Departamento de Vigilância Sanitária de Catalão, GO, aluno do curso de Gestão em Saúde da UnUEAD/UEG,. E-mail: joseduardo_mb@yahoo.com.br

²Professora Orientadora Mestre em Ecologia e Evolução/UFG. E-mail: elaineeuzebio@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O controle da população de animais (domésticos, de estimação ou sinantrópicos) e das doenças por eles transmitidas é reflexo da cidadania e do grau de desenvolvimento de uma sociedade. Este é um desafio para todas as sociedades e depende da atuação direta de órgãos governamentais, entidades de proteção animal, sobretudo, dos proprietários destes animais (BARROSO *et al*, 2011).

A interação do homem com os animais, principalmente com a espécie canina, remonta aos primórdios da história da humanidade e trouxe muitos benefícios como a proteção à propriedade e aos indivíduos, a companhia fiel, o auxílio à caça, dentre outros comportamentos resultantes desta interrelação. Os gatos também passaram a compor o ambiente doméstico humano, destacando-se por sua lealdade, independência, hábitos de higiene individual. Ao longo da história da humanidade, estas duas espécies animais passaram a fazer parte da rotina diária de muitas famílias, sendo incontestável sua importância nas sociedades humanas (REICHMANN, 2000).

Devido à irresponsabilidade de alguns proprietários de cães e gatos, e a procriação descontrolada, o crescimento populacional destes animais é logístico e passou a constituir problemas sociais. Entre eles, podem-se citar processos de transmissão de doenças tais como epizootias e zoonoses como, raiva, leptospirose, hidatidose, *Larva migrans*, dirofilariose, doença de Chagas, leishmaniose cutâneo-mucosa, leishmaniose visceral, estrogiloidose e outras. Além disso, existem os danos às propriedades públicas e particulares, poluição sonora e ambiental e difícil controle de agravos (tais como transmissão de doenças, feridas, acidentes dentre outros) que esses animais possam produzir a seres humanos e a outros animais (REICHMANN, 2000; SHIMOZAKO, 2008; SILVA *et al*, 2008; BARROSO, JÚNIOR, 2011).

Cabe ao Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) a prevenção e controle de zoonoses no município, a instrução sobre a responsabilidade dos proprietários à manutenção dos animais em condições adequadas de alojamento, alimentação, saúde, higiene e bem-estar, bem como a destinação adequada dos dejetos. Dentre as suas ações está a de prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento aos animais; e preservar a saúde e bem estar da população, daí a importância da instalação de um Centro de Controle de Zoonoses em Catalão, GO (REICHMANN, 2000b; SES-SP, 2009) Citação?

Diversas propostas e técnicas foram desenvolvidas para controlar as populações animais e tal controle é necessário, seja por questões de Saúde Pública, seja por questões de bem estar animal. Em determinadas situações, principalmente em processos de epizootias e zoonoses, o serviço público deve atuar através de um Centro de Controle de Zoonoses (REICHMANN, 2000; SHIMOZAKO, 2008).

O objetivo deste trabalho é ressaltar a importância de um Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) para o município de Catalão, GO. Considerando que somente um CCZ pode controlar de maneira eficaz e tecnicamente correta a população destes animais, as zoonoses, as doenças transmitidas por vetores e os agravos por animais peçonhentos, com conseqüente benefício para a saúde pública da população. Este trabalho também serve para orientar e esclarecer os administradores públicos municipais sobre a importância e necessidade de instalação do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) bem como sobre os Programas de Controle de Zoonoses a serem implantados no município de Catalão, GO.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A discussão sobre o controle da população de animais, os transtornos por eles causados e o papel do Centro de Controle de Zoonoses, envolve

diversas áreas do conhecimento e diferentes conceitos. Este assunto também gera extremismos por parte de associações de proteção aos animais e seus militantes, muitas vezes por desconhecimento dos aspectos técnicos envolvidos e, que se bem aplicados, geram resultados satisfatórios para a saúde da população e dos próprios animais. Para melhor compreensão faz-se necessário conceituar alguns pontos importantes que serão tratados a seguir (WHO, 1990; REICHMANN, 2000a; REICHMANN, 2000b).

2.1 Caracterização dos Cães e Gatos de uma Comunidade

A Organização Mundial da Saúde, na publicação Guidelines for dogpopulation management, (WHO, 1990), classifica os cães segundo o seu controle. O cão supervisionado, controlado ou domiciliado é aquele totalmente dependente e controlado. Já o cão de família, ou semi-domiciliado, é totalmente dependente e parcialmente controlado. O denominado cão comunitário ou de vizinhança é parcialmente dependente, parcialmente controlado ou sem controle. É comumente classificado como cão errante ou cão sem dono e obtém abrigos em pátios de estacionamento, de supermercados, terrenos baldios, construções abandonadas ou outras estruturas físicas da localidade onde permaneça. Alimenta-se com restos de comida colocados nas ruas pela população ou de material descartado no lixo e procria livremente. Além destes classifica-se também o cão selvagem que é independente e sem qualquer controle.

Diferentemente dos cães, os gatos apresentam uma organização social peculiar e característica, que lembra seus ancestrais selvagens, especialmente em ambientes rurais. A organização social felina está centrada em dois grupos sociais: um em que a organização social é centrada nas fêmeas reprodutoras e em sua descendência e no qual os machos, após o início das manifestações sexuais, são expulsos do grupo (trata-se de um sistema

matriarcal matrilinear). O segundo grupo é composto por machos, chamado de fraternidade, no qual os mais velhos mantêm um sistema de lutas por fêmeas e pela defesa do território, ensinando animais mais jovens, expulsos pelas fêmeas do grupo dominante. Após os acasalamentos, os machos retornam para seus territórios (REICHMANN *et al*, 2000a).

2.2 Estimativa da População

É fundamental conhecer o tamanho da população felina e canina para dar maior efetividade ao planejamento e à avaliação dos resultados de ações desencadeadas no sentido da proteção e preservação da saúde de homens e animais. Alguns métodos de avaliação populacional são o censo, as amostragens e a aplicação de questionários. O censo animal tem origem em iniciativas dos serviços municipais de controle de zoonoses e por questões operacionais, só é exequível em situações ou regiões muito favoráveis (DIAS *et al*, 2004; ALVES *et a.*, 2005).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Instituto Pasteur de São Paulo, as razões entre a população humana e canina variam de 10:1 a 7:1. A maioria dos estudos somente estima a população de animais de estimação domiciliados existindo poucos dados estatísticos sobre cães errantes. Diversos trabalhos verificaram a razão entre a população humana e a canina domiciliada no Brasil e na América Latina, observando-se os mais variados valores tais como uma razão de 9,1 humanos para cada cão em Recife (PE) 3,0 no interior do Paraná e 3,6 em Araçatuba (SP) (OMS, 1990; REICHMANN, 1999; ALVES *et al*, 2005; SOTO *et al*, 2006a; MARTINS, 2008)

Segundo dados do Departamento de Combate de Doenças Transmissíveis por Vetores do Município de Catalão, foram vacinados na campanha de vacinação anti-rábica 2010, 10.417 cães e 933 gatos nas zonas urbana e rural, totalizando 11.350 animais. Considerando a população do censo

2010 de 86.647 habitantes, a razão habitante:cão em Catalão foi de 8,3. Vale-se ressaltar que muitos cães errantes não são vacinados o que diminuiria esta proporção, resultando num maior número de cães por habitante (DCDTV, 2010).

2.3 Controle de Cães Errantes

A apreensão de cães errantes tem por objetivo a remoção do extrato populacional de animais que atuam como transmissores dos agentes etiológicos e que ficam sem qualquer controle da comunidade favorecendo a infecção de pessoas e de outros animais. Isoladamente, a apreensão de cães não é um fator resolutivo para o controle da dinâmica da população canina. São necessárias outras ações tais como a castração de machos e fêmeas para, quando da recolocação destes animais na sociedade, controlar a reprodução dos mesmos (REICHMANN, 2000a).

Os investimentos para as atividades de apreensão de cães, de internação ou alojamento dependem de um planejamento minucioso para treinamento das equipes de apanhadores e de tratadores de animais, aquisição de veículos especiais para traslados dos animais apreendidos, construção de alojamentos coletivos e individuais. Além dessas medidas e construção de alojamentos, faz-se necessário a higienização destes ambientes, tratamento diário dos animais internados, preparo da sala de cirurgia para realização de castrações, manutenção de câmaras ou salas de eutanásia e destinação adequada de carcaças (REICHMANN, 2000b).

2.4 Os Centros de Controle de Zoonoses e a Saúde Pública

A saúde pública implica em todas as atividades relacionadas com a saúde e enfermidade de uma população, o estado sanitário e ecológico em torno da vida, a organização e funcionamento dos serviços de saúde e enfermidade, a planificação e gestão dos mesmos, e a educação para a saúde (OMS, 1973).

O termo “Saúde Pública Veterinária” foi empregado pela primeira vez em 1946, pela OMS, para determinar um marco programático que abrange todas as atividades de saúde pública que têm relação com a medicina veterinária no contexto da proteção e melhoria da saúde humana. Tradicionalmente, a intervenção da medicina veterinária na saúde pública foi limitada às enfermidades transmissíveis ao homem a partir de alimentos de origem animal, ou seja, à higiene alimentar. No entanto, ao longo das últimas décadas, acontecimentos mundiais como epidemias de origem desconhecida, enfermidades zoonóticas ou outras que afetam diretamente a produção de proteínas de origem animal, levaram a repercussões econômicas como perdas de mercado e da confiança do consumidor, evidenciando a necessidade da participação mais direta da medicina veterinária na saúde pública (SANTOS, 2006).

No Brasil, devido a situação epidemiológica da Raiva, cujo principal reservatório do ciclo urbano é o cão, foi instituído em 1973 o Programa Nacional de Profilaxia da Raiva (PNPR). Em 1977, mediante convênio firmado entre os Ministérios da Saúde e Agricultura, a extinta Central de Medicamentos (CEME) e a Organização Panamericana de Saúde, iniciaram-se medidas sistemáticas de vacinação anti-rábica canina, implantando-se a vigilância epidemiológica da doença (PINTO; ALEONI, 1986; SANTOS, 2006).

Na Reunião de Guayaquil (Equador) em 1983, firmou-se um plano de ação conjunta entre vários países, com o objetivo de eliminar a Raiva urbana das grandes cidades das Américas até o final da década de 1980. Para esta finalidade foram construídos os primeiros Centros de Controle de Zoonoses (CCZ), pela extinta Divisão Nacional de Zoonoses do Ministério da Saúde, cuja atividade era independente do PNPR. Os CCZ's de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília foram os primeiros desse tipo na América Latina (SCHNEIDER *et al*, 1996; SANTOS, 2006).

O ano de 1986 marcou o início da Reforma Sanitária no país, através da realização da “VIII Conferência Nacional de Saúde”, estabelecendo-se um novo conceito, onde dependência e pobreza estão associadas ao estado de saúde, coincidindo com aquele proposto pela “I Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde”, um dos eventos mais significativos para a saúde pública em termos mundiais, convocada em 1978 pela OMS. O conceito de saúde como “direito de todos e dever do Estado”, destacado no relatório final da Conferência Nacional de Saúde, teve os seus princípios assegurados na Constituição Federal de 1988 e a partir da Carta Magna foi estabelecido que, as ações e serviços de saúde deveriam integrar uma rede regionalizada e hierarquizada e constituir um Sistema Único, organizado de acordo com as diretrizes da Descentralização, Atendimento Integral e Participação da Comunidade (GROISMAN *et al*, 2005; CARVALHO; SANTOS, 2006; BARBOSA, 2010).

No contexto da Descentralização, não somente é previsto o repasse de obrigações no controle de agravos de saúde para municípios e estados, mas também o apoio e financiamento às instituições destas esferas. Sendo assim, o controle de zoonoses ganhou oportunidade de melhor abordagem, através da Portaria 1399, de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999), na qual o Ministério da Saúde, junto com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), propôs e desenvolveu no país a estruturação de uma rede de Centros de Controle de Zoonoses. Estas instituições municipais têm competência e atribuição para desenvolver os serviços listados nos Programas de Controle de Zoonoses, de Doenças Transmitidas por Vetores e de Agravos por Animais Peçonhentos, uma vez que o controle de zoonoses está inserido no contexto da Saúde Pública (REICHMANN, 2000b; SANTOS, 2006; SES-SP, 2009).

2.5 Atividades do Centro de Controle de Zoonoses

O Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) é o órgão responsável pelo controle de agravos e doenças transmitidas por animais (zoonoses), através do controle de populações de animais domésticos (cães, gatos e animais de grande porte) e controle de populações de animais sinantrópicos (morcegos, pombos, ratos, pulgas, mosquitos, abelhas entre outros). O Laboratório do CCZ tem como objetivo principal contribuir com as ações das vigilâncias epidemiológica e ambiental e controle das principais zoonoses urbanas. Desempenha este papel executando o diagnóstico laboratorial (humano e de animais domésticos e silvestres), produzindo imunoreagentes, investindo em pesquisa de zoonoses emergentes e oferecendo treinamento no diagnóstico de zoonoses (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2012; PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2012).

O CCZ é formado por uma equipe multiprofissional que, além das atividades rotineiras inerentes ao diagnóstico, também desenvolve projetos de pesquisa aplicada em zoonoses, em parceria com Universidades além de prestar serviços diretamente ao munícipe, às instituições públicas e privadas de saúde (laboratórios, clínicas veterinárias, hospitais, unidades de saúde, etc.), às instituições de ensino e pesquisa e às unidades de controle de zoonoses (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2012; PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2012).

O laboratório do CCZ pode realizar diagnósticos para: Brucelose Humana, Doença de Chagas, Criptococose, Criptosporidiose, Dengue, Dermatofitose, Dirofilariose, Febre Maculosa Brasileira, Histoplasmose, Larva Migrans, Leishmaniose Tegumentar, Leishmaniose Visceral, Leptospirose, Parasitológico de fezes, Raiva, Sorologia para Raiva, Toxoplasmose e Toxocaríase Humana (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2012; PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2012).

Um CCZ é um equipamento municipal que atende às necessidades dos municípios em curto prazo de tempo, oferecendo resultados imediatos e estando capacitado para desenvolver as atividades de Vigilância Epidemiológica, fundamentais para o sucesso de programas de controle de zoonoses e controle de vetores (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2012; PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2012).

2.6 Posse Responsável

Posse responsável pode ser definida como um conjunto de ações que envolvem a opção por ter um animal, controlar sua reprodução e contracepção, bem como a mobilidade dos cães, fornecimento de filhotes, a sua saúde e bem estar. Para que se efetive uma posse responsável, que deveria pautar a relação com qualquer animal de estimação, antes de adotar ou comprar um animal doméstico, o futuro dono deve observar o tempo de vida do animal, as despesas com alimentação e tratamentos de saúde, a adequação do espaço físico disponível para a criação, pessoa(s) com tempo para passear e/ou interagir com o animal, pessoas para alimentá-lo durante eventuais ausências prolongadas do dono. A posse responsável implica em manter o animal dentro do espaço doméstico, a fim de evitar transtornos relacionados com animais errantes (CÁCERES, 2004; SOTO et al, 2006b; PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2012; PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2012).

3.METODOLOGIA

Trata-se de revisão sistemática da literatura médica veterinária e humana sobre o tema, incluindo artigos de língua portuguesa e inglesa. A busca de referências relevantes se fez através da exploração de bancos de dados das seguintes bases – PUBMED, LILACS, SciELO e de periódicos usando os termos: controle, zoonoses, população e animais de estimação em combinações

variadas. Além disso, as revisões sobre o tema e as listas de referências de todos os artigos considerados relevantes foram consultadas, em busca de novos artigos para inclusão.

O local de estudo será o município de Catalão, que possui um acentuado crescimento urbano e econômico cuja população está em torno de 86.647 habitantes. Junto com este crescimento também aumenta o número de animais em convívio com a população, sejam eles domésticos (que não vivem mais em ambientes naturais e tiveram seu comportamento alterado pelo convívio com o homem, tais como bovinos, equinos e outros), de estimação (animal doméstico selecionado para o convívio com os seres humanos por questões de companheirismo ou divertimento como os cães e gatos) ou sinantrópicos. (se adaptaram a viver junto ao homem, a despeito da vontade deste, como ratos, morcegos e outros). As constantes denúncias recebidas pelos órgãos de fiscalização tais como Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Secretaria de Meio Ambiente, Ministério Público e outros, indicam que o excesso de animais nas ruas e rodovias da região tem sido um problema constante (SES-SP, 2009; IBGE, 2010; VISA 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pequeno número de estudos epidemiológicos na literatura sobre dinâmica, ecologia e controle da população de animais tem mostrado a dificuldade de avaliação de riscos de zoonoses e de políticas de saúde pública em diferentes situações. Os resultados de estudos com essa característica, como o presente trabalho, expandem a possibilidade de conhecer, por diferentes ângulos, aspectos da relação homem/animal.

A convivência do ser humano com os animais pode e deve ser uma relação saudável e gratificante, se alguns cuidados forem dispensados sistematicamente a estes animais de estimação. Somente a posse responsável

e a educação da população pode garantir condições de saúde aos proprietários, a suas famílias, à vizinhança, à comunidade em geral e aos animais, através de condutas de controle e de proteção animal.

O Centro de Controle de Zoonoses pode controlar de maneira eficaz e tecnicamente correta à população destes animais com conseqüente benefício para a saúde pública da população.

REFERÊNCIAS

ALVES, M.C.G.P. et al. **Dimensionamento da população de cães e gatos do interior do Estado de São Paulo**. Rev. Saúde Pública, 2005; 39 (6):891-7

BARROSO, J.E.M.; SILVA, J.C.; MORAIS, R.A.C.; SANTOS, F.G.; SILVA, J.G.; NAHAS, J.L. **Programa de Controle da População de Animais de Estimação por Método Contraceptivo Químico no Município de Catalão em 2011**. I Workshop de Vigilância em Saúde, SES-GO, 2011.

BARROSO, J.E.M.; JÚNIOR, A.S. **Projeto do Programa Municipal de Controle da População de Animais de Estimação**. Departamento de Vigilância Sanitária, Secretaria Municipal de Saúde de Catalão. Catalão, 2011, 14p.

CÁCERES, L.P.M. **Estudo do programa de esterilizações canina e felina no Município de São Paulo, período 2001 a 2003**. Dissertação USP, São Paulo, 83 p., 2004.

CARVALHO, A.I.; BARBOSA, P.R. **Políticas de saúde: fundamentos e diretrizes do SUS**. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.82p.

DCDTV - Departamento de Combate de Doenças Transmissíveis por Vetores do Município de Catalão. **Campanha Antirábica 2010**.

DIAS, R.A. et al. **Estimativa de populações canina e felina domiciliadas em zona urbana do Estado de São Paulo**. Rev. Saúde Pública 2004, 38 (4): 565-70.

MARTINS, C.M et al. **Estimativa da população de cães e gatos do município de Pinhais-PR, e respectivas ações de saúde pública**. Anais do CONBRAVET 2008.

PINTO, C.L.; ALEONI, E.S. **Aspectos da vigilância epidemiológica da Raiva em sub-regiões administrativas do estado de São Paulo, Brasil, 1982-1983.** Revista de Saúde Pública, v. 20, n. 4, p. 288-292, 1986.

REICHMANN MLAB, PINTO HBF, NUNES VFP. **Vacinação contra raiva de cães e gatos.** São Paulo: Instituto Pasteur; 1999 (Manuais, 3).

REICHMANN, M. L. A. B. et al. **Controle de populações animais de estimação.** São Paulo: Instituto Pasteur, 2000a.

REICHMANN, M. L. A. B. et al. **Orientação para projetos de Centro de Controle de Zoonoses.** São Paulo: Instituto Pasteur, 2000b.

SANTOS, A.G. **Perfil Epidemiológico da População Canina Assistida pelo Serviço de Pronto Atendimento do Centro de Controle de Zoonoses Paulo Dacorso Filho, Rio de Janeiro-Brasil.** Dissertação – UFRRJ, 74 p., 2006.

SCHNEIDER, M.R.; ALMEIDA, G.A.; SOUZA, L.M.; MORARES, N.B.; DIAZ, R.C. **Controle da Raiva no Brasil de 1980 a 1990.** Revista de Saúde Pública, v. 30, n. 4, p. 196-203, 1996.

SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Coordenadoria de Controle de Doenças. **Curso de formação de oficiais de controle animal: nova perspectiva nos serviços de controle de zoonoses do Estado de São Paulo.** Rev Saúde Pública 2009;43(3):558-60

SHIMOZAKO, H. J. **Otimização da técnica de captura-recaptura fotográfica para estimação da população canina livre em vias públicas.** Dissertação. São Paulo, 156 p., 2008.

SILVA, M.R. et al. **Autochthonous canine visceral leishmaniasis in a non-endemic area: Bom Sucesso, Minas Gerais State, Brazil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(2):281-286, fev, 2008.

SOTO, F.R.M. et al. **Dinâmica populacional canina no Município de Ibiúna-SP: estudo retrospectivo.** Braz. J. vet. Res. anim. Sci., São Paulo, v. 43, n. 2, p. 178-185, 2006a.

SOTO, F.R.M. et al. **Avaliação de experiência com programa educativo de posse responsável em cães e gatos em escolas públicas de ensino**

fundamental da zona rural do município de Ibiúna, SP, Brasil. Revista Ciência em Extensão, v.2 n.2, 2006.

VISA – Departamento de Vigilância Sanitária do Município de Catalão. **Denúncias cadastradas**, 2012.

WHO - World Health Organization. **Guidelines for dog population management**. Geneva; 1990.